

**COMITÊ DAS PRESTADORAS DE PEQUENO PORTE - CPPP**  
**ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**DATA:** 24 de maio de 2024.

**HORÁRIO:** 14h30 às 17h00.

**LOCAL:** Videoconferência por meio do software Microsoft Teams.

**MEMBROS EFETIVOS DO CPPP PRESENTES:**

- 1- Artur Coimbra de Oliveira, Conselheiro da Anatel e Presidente do CPPP;
- 2- Fabiano André Vergani, representante da INTERNETSUL;
- 3- Jony Cruz, representante da ABRAMULTI;
- 4- Mauricélio Lucas de Oliveira Júnior, representante da ABRINT;
- 5- Rodrigo Schuch Wegmann da Silva, representante da ASSOCIAÇÃO NEO;
- 6- Sergio Mauro da Silva Maia, representante da ABRASAT;
- 7- Gustavo Santana Borges, Superintendente de Controle de Obrigações – SCO;
- 8- Irani Cardoso da Silva, Superintendente de Relações com Consumidores – SRC, Substituta;
- 9- José Borges da Silva Neto, Superintendente de Competição – SCP;
- 10- Vinicius Oliveira Caram Guimarães, Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação – SOR.

**OUTROS PARTICIPANTES:**

- 1- David de Oliveira Penha, Ministério das Comunicações;
- 2- Andrea Rebecchi de Abreu Fattori, representante substituta da INTERNETSUL;
- 3- Aníbal Diniz, representante substituto da ASSOCIAÇÃO NEO;
- 4- Evandro Antonio Ramos Terra Varonil de Sousa, representante substituto da ABRINT;
- 5- Fabio Franco Costa de Alencar, representante substituto da ABRASAT;
- 6- Ivonei Dores Lopes, representante substituto da INTERNETSUL;
- 7- Juliano Sene, convidado da INTERNETSUL;
- 8- Mauro Wajnberg, representante substituto da ABRASAT;
- 9- Rhian Simões Monteiro Duarte, convidado da ABRINT;
- 10- Robson Lima da Silva, representante substituto da ABRAMULTI;
- 11- Danielle Toscano e Hermida Jarjour, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;
- 12- Katia Dutra Cardoso, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;

- 13-Marcos Vinicius Ramos da Cruz, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;
- 14-Otto Fernandes Solino, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;
- 15-Rafael Andrade Reis de Araújo, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;
- 16-Tiago Dias Sobrinho, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;
- 17-Yroá Robledo Ferreira, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;
- 18-Gesilea Fonseca Teles, Gabinete do Conselheiro Vicente Aquino;
- 19-Eduardo Kruehl Milano do Canto, Gerência de Controle de Obrigações de Qualidade – COQL;
- 20- Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Gerente de Universalização e Ampliação do Acesso – PRUV;
- 21-Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, Superintendência de Controle de Obrigações – SCO.

## **ASSUNTOS:**

### **1. Abertura**

O **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP**, abriu a reunião, agradecendo a presença dos membros do Comitê e dos demais participantes.

Em seguida, deu as boas-vindas aos novos membros, que integrarão o CPPP por um mandato de dois anos: as associações Abrint e Abramulti. Essa escolha ocorreu na 931ª Reunião do Conselho Diretor da Anatel, em 25 de abril de 2024, e os mandatos tiveram início em 9 de maio de 2024.

Na sequência, anunciou que a Agência tem adotado medidas cabíveis para minimizar os impactos que as enchentes no estado do Rio Grande do Sul têm causado à população, as quais consistem em:

- Acompanhamento e controle dos requerimentos de abertura de *roaming*, conforme protocolo de reação de crises pactuado setorialmente.
- Acompanhamento e controle das ações para reestabelecimento dos serviços de utilidade pública de emergência (190 – Polícia Militar, 192 – SAMU, 193 – Corpo de Bombeiros, etc).
- Acompanhamento do funcionamento do serviço de alerta e de emergência à população por meio de mensagens SMS.
- Solicitação às prestadoras de adoção de medidas emergenciais para manutenção da conectividade aos cidadãos, a exemplo da não suspensão de *chips* pré-pagos que se encontrem sem saldo ou de demais serviços que se encontrem inadimplentes, enquanto perdurar a emergência.
- Disponibilização de três veículos da Agência para ajudar na distribuição de alimentos à população afetada.

Ademais, mencionou a contribuição realizada por prestadoras de pequeno porte ao cederem gratuitamente conectividade para auxiliar as autoridades públicas na comunicação e no resgate.

Logo após, informou aos membros que a InternetSul iria realizar, na presente reunião, um relato sobre a situação e as medidas adotadas pelas prestadoras e entidades locais para minimizar o impacto desse desastre natural no setor de telecomunicações. Diante disso, o tema que seria apresentado pela associação (MVNO) ficaria para uma próxima reunião.

Em seguida, expressou sua solidariedade e apoio a todas as pessoas e famílias afetadas pela tragédia, colocando-se à disposição junto com sua equipe e toda a Agência.

Na sequência, destacou que recentemente o Conselho Diretor da Anatel deliberou cautelarmente, a pedido de uma prestadora de Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), pela liberação de seu enquadramento como detentora de Poder de Mercado Significativo (PMS), tendo em vista a enorme alteração observada nesse mercado quando da realização dos estudos de revisão do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC). Essa decisão demonstra que a Agência está constantemente atenta às evoluções do setor e que medidas similares poderão eventualmente ser adotadas, caso sejam identificadas a necessidade e a razoabilidade.

Prosseguindo, mencionou que estavam abertas Consultas Públicas sobre temas relevantes às prestadoras de pequeno porte, em especial as seguintes:

- Consulta Pública nº 12, que trata da revisão do Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações
- Consulta Pública nº 15, que trata do projeto de guilhotina regulatória.

## **2. Apreciação das atas das reuniões anteriores**

O **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** questionou os membros se eles gostariam de fazer observações ou correções em relação à minuta da ata da 17ª Reunião Ordinária, que foi previamente distribuída.

Não havendo correções, a Ata foi aprovada por unanimidade. Ressalta-se que as associações cujos mandatos se encerram em maio deste ano (Telcomp e Abranet) foram consultadas, por e-mail, sobre o teor da ata e não solicitaram alterações.

## **3. Apresentação, discussão e deliberação sobre os relatórios:**

O **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** passou a palavra para a InternetSul fazer um relato da situação das enchentes no Rio Grande do Sul e das medidas adotadas pelas prestadoras e entidades locais para minimizar o impacto desse desastre natural no setor de telecomunicações.

**Fabiano André Vergani (InternetSul)** exibiu um vídeo que mostra as sedes de algumas prestadoras inundadas, causando a destruição dos equipamentos e das redes de telecomunicações.

Em seguida, comentou sobre a campanha promovida pela InternetSul para arrecadar recursos financeiros que serão destinados aos funcionários das dos provedores afetados. A campanha também visa receber doações de equipamentos de telecomunicações e mobilizar voluntários para auxiliar na reconstrução das redes dessas prestadoras.

Ademais, agradeceu a contribuição de outras associações de PPPs e da Anatel com as ações realizadas pela InternetSul. Nesse sentido, mencionou o apoio do GT de crises da Anatel e da divulgação da pesquisa de provedores afetados pelas enchentes (<https://internetsul.tcheturbo.com.br/>).

**Juliano Sene (InternetSul)** apresentou um *dashboard* contendo diversos dados sobre a situação do Rio Grande do Sul: cidades atendidas pelas PPPs no estado, cidades impactadas, quantidade de assinantes, colaboradores impactados, colaboradores desabrigados, extensão da rede afetada, CAPEX da rede afetada, dentre outros. Tais dados foram divulgados no site da Internetsul (<https://internetsul.com.br/ajuders>).

**Fabiano André Vergani (InternetSul)** destacou a importância desses dados para a busca por fontes de recursos para reconstrução das redes, a exemplo do FUST e do BID. Nesse sentido, enfatizou a importância de que o FUST seja utilizado na modalidade não-reembolsável para essa reconstrução, dado que o montante necessário é muito inferior ao que foi arrecado pelo fundo em mais de 20 anos. Diante disso, solicitou o apoio da Anatel em convencer o Ministério das Comunicações a liberar esses recursos com máxima urgência.

Na sequência, mencionou sua participação em reuniões entre as associações de PPPs e diversas autoridades públicas (Ministro das Comunicações, representantes da Anatel, Deputados Federais, Senadores, dentre outros), visando mitigar a crise.

Ademais, expressou sua preocupação com a competição nos municípios afetados, alertando para o risco de prestadoras de grande porte dominarem o mercado nessas regiões. Mencionou que o Brasil é um exemplo de sucesso de competição no mercado de banda larga, justamente pela atuação das PPPs. Portanto, há um grande risco dessa competição ser extinta.

**O Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** asseverou que sua equipe e a Anatel empenhariam esforços, dentro de suas competências, para colaborar com a recuperação das redes e dos serviços, bem como a manutenção de empregos no setor de telecomunicações no Rio Grande do Sul.

Na sequência, passou a palavra para os demais membros comentarem sobre o relato da InternetSul.

**Mauricélio Lucas de Oliveira Júnior (Abrint)** expressou sua satisfação pelo retorno da Abrint ao CPPP e pela oportunidade de contribuir com temas relevantes para as PPPs. Ele ressaltou o papel exercido pela Anatel no desenvolvimento dessas prestadoras e enfatizou a necessidade urgente de adoção de medidas para apoiar as prestadoras no Rio Grande do Sul.

**Jony Cruz (Abramulti)** expressou sua gratidão à Anatel pela confiança ao selecionar a Abramulti para retornar ao CPPP.

Em seguida, destacou o papel relevante realizado pelas prestadoras de pequeno porte na expansão da conectividade de internet pelo Brasil, levando o serviço a áreas onde as prestadoras de grande porte não tinham interesse. A internet é uma grande janela de oportunidades para o desenvolvimento das pessoas em todos os aspectos.

Por fim, ele manifestou seu apoio aos provedores de internet do Rio Grande do Sul.

**Rodrigo Schuch Wegmann da Silva (Associação Neo)** destacou que a união das associações de prestadoras de PPPs em apoio aos provedores do Rio Grande do Sul teve um impacto positivo. Ele parabenizou a InternetSul pelo seu empenho nesse processo.

Em seguida, ressaltou a importância não apenas dos recursos necessários para reconstruir as redes, mas também da necessidade de garantir recursos para o caixa (capital de giro) das prestadoras, a exemplo da folha de pagamento. Nesse sentido, disse que a estimativa de OPEX (despesa operacional) para socorrer essas prestadoras é de cerca de R\$ 15 milhões por mês.

Expressou sua insatisfação com o fato de as distribuidoras de energia do Rio Grande do Sul continuarem a cobrar pelo uso dos postes, mesmo estando gravemente danificados, o que impede a prestação dos serviços de telecomunicações

Por fim, parabenizou a Anatel por sempre ter apoiado às PPPs.

**Sergio Mauro da Silva Maia (Abrasat)** disse que a Abrasat estava muito sensibilizada com a situação do Rio Grande do Sul e enfatizou que muitas de suas associadas estão contribuindo, por meio da doação de equipamentos de comunicação fixa e móvel, da liberação de franquias nas cidades afetadas e da interação com a Telebrás.

**Robson Lima da Silva (Abramulti)** agradeceu a oportunidade de a Abramulti retornar ao CPPP e parabenizou o Conselheiro Artur Coimbra pela condução do Comitê e por sua experiência no setor.

Na sequência, disse que a união das associações e das prestadoras de outros estados no auxílio às prestadoras do Rio Grande do Sul fortalecerá ainda mais o setor de telecomunicações. Destacou que as PPPs conseguiram demonstrar a sua importância para a sociedade e para o governo brasileiro com o advento da pandemia de COVID-19. Com a situação no RS, essa importância ficará ainda mais evidente. O apoio do governo e da Anatel é essencial para a diminuição dos danos causados pelo desastre ao setor.

Em seguida, corroborou com Rodrigo Schuch sobre a grande quantidade de tempo que será necessária e sobre a complexidade para que os postes do Rio Grande do Sul sejam recuperados; muitos deles, inclusive, precisarão ser trocados. A interação da Anatel com a Aneel seria importante, tanto para solicitar que a cobrança pelo uso dos postes seja suspensa por um período, quanto para que as distribuidoras de energia se comuniquem de forma mais eficiente com as PPPs. Atualmente, há distribuidoras de energia que, ao trocar os postes, cortam os fios sem avisar previamente às PPPs.

**Juliano Sene (InternetSul)** mencionou que a Anatel está fazendo um levantamento sobre a situação dos postes e o compartilhará com as associações.

**Ivonei Dores Lopes (Internetsul)** fez um relato sobre como a inundação afetou as prestadoras da região, inclusive a sua. Ressaltou a importância de serem adotadas medidas governamentais para que seja preservado o caixa (capital de giro) das PPPs afetadas.

O **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP**, passou a palavra para as associações realizarem as apresentações sobre os temas de sua relatoria e para os representantes do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (GAPE) fazerem uma apresentação sobre os trabalhos desenvolvidos no âmbito do grupo.

O conteúdo das apresentações pode ser acessado nos links a seguir:

- [Escolas Conectadas - Relatoria: Abrasat;](#)
- [Aprender Conectado – GAPE;](#)
- [Redes Neutras - Relatoria: Associação Neo.](#)

Finalizadas as apresentações, o **Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** passou a palavra para que os demais membros fizessem comentários sobre os relatórios.

**Andrea Rebecchi de Abreu Fattori (InternetSul)** parabenizou os relatores pelas apresentações. No tocante às redes neutras, destacou um dos pontos da apresentação da Associação Neo: a estratégia de separação das operações de fornecimento de infraestrutura e de prestação de serviço no varejo, com o intuito de aumentar o *valuation*. Modelos similares de negócios já estão sendo adotados por PPPs. Nesse sentido, Andrea ressaltou que o mercado de telecomunicações está em um momento que requer inovação. O *essential facility* de forma geral está escasso, assim como os recursos; portanto, não é possível negligenciar modelos de negócios disruptivos. As tendências criadas pelas empresas de grande porte, a exemplo das redes neutras, acabam sendo adaptadas pelas PPPs. O movimento atual do mercado é de compartilhamento e redução de custos. Sem entrar no mérito sobre as redes neutras (se elas trarão benefícios ou prejuízos ao setor), Andrea afirmou que o mercado de telecomunicações precisa de inovação, que deve abranger tanto o produto final quanto o modelo de negócios.

**Fabiano André Vergani (InternetSul)** parabenizou os relatores pelas apresentações.

Em relação ao ambiente regulatório das redes neutras, disse que o regulador precisa estar atento sobre a necessidade ou não de outorga de SCM para o provedor que venha atuar “na ponta”, isto é, junto ao consumidor final. Da mesma forma que é discutido atualmente se os prestadores MVNOs precisam de outorga do SMP. Em sua opinião, o provedor que atua junto ao consumidor final, deveria ter uma carga regulatória menor que o detentor da rede neutra. Em

seguida, afirmou que, atualmente, operadores de rede neutras estão pedindo a extinção de suas outorgas por questões de segurança regulatória.

No tocante à competição das redes neutras, manifestou sua preocupação, em especial quando o operador atua em ambos os mercados (atacado e varejo). Tal problema já ocorre no mercado do serviço móvel, em que os preços ofertados pelas grandes prestadoras inviabilizam a operação das MVNOs.

**Sergio Mauro da Silva Maia (Abrasat)** parabenizou os relatores pelas apresentações e elogiou a Anatel pela riqueza de detalhes do painel de Conectividade nas Escolas (<https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura/conectividade-nas-escolas>), disse que tal ferramenta é muito importante para as prestadoras mapearem as lacunas e oferecerem seus serviços.

**Mauro Wajnberg (Abrasat)** parabenizou os relatores pelas apresentações e ponderou que há uma certa semelhança entre as redes neutras e as redes satelitais, pois em ambas há um provedor de capacidade para as prestadoras.

**Aníbal Diniz (Associação Neo)** parabenizou os relatores pelas apresentações e o Conselheiro Artur Coimbra por ter dado destaque ao tema das enchentes no Rio Grande do Sul e de seu impacto ao setor de telecomunicações. Destacou que os relatos apresentados pela InternetSul trazem um retrato fiel do drama que os prestadores e as pessoas daquela região estão enfrentando.

Em seguida, elogiou a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC) e o GAPE, destacando que, além de garantir a conexão das escolas, a iniciativa fortalece a Telebras, que é uma empresa nacional, e prolonga a vida útil das tecnologias geoestacionárias. O satélite se apresenta como uma importante alternativa para levar conectividade a locais onde a implantação de fibra ótica não é possível.

Por fim, disse que o assunto redes neutras demandará relevantes discussões regulatórias no Brasil, dado que há várias iniciativas de implantação desse tipo de rede. Ademais, disse que a apresentação de Rodrigo Schuch foi bastante interessante por ter apresentado estudos de casos internacionais e de ter mostrado que o *valuation* das TelCos (prestadoras de telecomunicações) é inferior ao das InfraCos (fornecedoras de infraestrutura).

**Rodrigo Schuch Wegmann da Silva (Associação Neo)** parabenizou os relatores pelas apresentações. Em relação à conectividade das escolas, destacou que, em certas ocasiões, ele e Aníbal Diniz haviam participado de reuniões no Ministério da Educação (MEC) para tratar do assunto. Naquelas oportunidades, eles relataram ao órgão de que havia PPPs capazes de levar infraestrutura de fibra ótica a algumas dessas escolas, por atuarem em regiões próximas. Esse levantamento foi feito por meio do cruzamento de arquivos georreferenciados (KMZ). Nessas reuniões, também foram relatadas ao órgão que muitos dos editais de licitações continham regras que acabavam dificultando a participação das PPPs. Sem tirar o mérito das empresas satelitais, afirmou que uma parte das escolas poderia ser atendida por fibra ótica.

Ainda em relação à conectividade das escolas, mencionou que cerca de 4 mil delas não possuem energia elétrica, o que demanda esforços adicionais

para o atendimento com banda larga. Na sequência, parabenizou a Anatel e o GAPE pela profundidade do trabalho realizado nesse tema.

No tocante aos satélites, disse que devem ser ampliadas as discussões para viabilizar modelos de negócios de uso de satélites como *backbone* para cobrir eventuais lacunas de rede.

**Mauricélio Lucas de Oliveira Júnior (Abrint)** parabenizou os relatores pelas apresentações. Em relação aos satélites, disse que esse tipo de rede é de grande importância devido à extensão territorial brasileira e a existência de locais de difícil acesso. No entanto, ressaltou que há muitos locais que podem ser atendidos por fibra óptica por PPPs e que a forma em que as contratações de conectividade às escolas são feitas, em grandes blocos, dificultam a participação dessas empresas.

No tocante às redes neutras, destacou que, mesmo antes desse conceito ser criado pelas prestadoras de grade porte, as PPPs já se utilizavam do compartilhamento de infraestrutura para a prestação de seus serviços. Ademais, disse que as detentoras das redes neutras acabarão sendo efetivamente as prestadoras de telecomunicações, enquanto as empresas que alugam a rede serão usuárias do serviço. Esse cenário é semelhante ao que ocorria no passado: em que as concessionárias de telefonia fixa eram as detentoras das redes, enquanto os prestadores de internet utilizavam as redes daquelas para prover o serviço, sem a necessidade de outorga, pois o serviço dos prestadores de internet era considerado um Serviço de Valor Adicionado (SVA). Diante disso, é necessário que haja uma distinção regulatória entre os detentores de redes neutras e as prestadoras que alugam suas redes.

**Jony Cruz (Abramulti)** parabenizou os relatores pelas apresentações e destacou a importância da inclusão digital para a inclusão social e a educação. Ele enfatizou que o trabalho do setor de telecomunicações em conectar escolas em áreas remotas contribui significativamente para reduzir as desigualdades entre habitantes de regiões rurais e urbanas, promovendo uma nação mais equilibrada e justa.

Na sequência, disse que as associações de PPPs têm um papel relevante de auxiliar a Anatel a mapear as lacunas de redes no Brasil. Nesse sentido, as associações têm atuado junto às PPPs que não têm enviado dados à Agência, buscando convencê-las sobre a importância de fornecer essas informações. Diante disso, sugeriu realizar uma ação conjunta entre as associações para fazer um levantamento das escolas que não possuem atendimento, a fim de identificar se há PPPs que possam realizar esse atendimento.

Em relação às redes neutras, enumerou os seguintes problemas desse modelo de negócios:

- Há uma grande quantidade de prestadoras que possuem outorga de SCM (cerca de 20 mil), em contrapartida há um pequeno número de ofertantes de rede neutra (cerca de 10 empresas). Para atender a demanda de todas essas prestadoras, é possível que cada uma das operadoras de rede neutra tenha que instalar vários cabos em um mesmo poste, o que fará com que o atual problema de falta de espaço e desorganização nos postes volte a ocorrer no futuro.

- O *payback* (retorno do investimento) atual ainda é inviável.
- Há operadores de redes neutras que não permitem que as locatárias realizem qualquer intervenção na operação, inclusive o contato com o cliente e a instalação em sua casa é realizada pelos operadores.
- Há relatos de práticas desleais realizadas por um determinado operador de rede neutra: em uma situação, ele se aproveitou de ter o contato direto com o consumidor final para ofertar um preço mais baixo que o seria cobrado pela prestadora locatária.
- Há operadores de redes neutras que firmam contratos de exclusividade com prestadoras de grande porte em determinadas regiões. Sendo assim, eles não podem alugar as redes para outras prestadoras interessadas em atuar naquelas regiões. Tal prática cria uma reserva de mercado.

Por fim, sugeriu que a Agência avalie a possibilidade de as PPPs explorarem o serviço móvel, por meio do uso de estações repetidoras que utilizem espectro em caráter secundário nas regiões em que as prestadoras de grande porte não têm interesse de levar o serviço. Essa sugestão já havia sido apresentada à Agência em 2022, visando a alteração da Resolução nº 477/2007.

**Robson Lima da Silva (Abramulti)** ressaltou que a forma em que as contratações de conectividade às escolas são feitas, em grandes blocos, dificultam a participação das PPPs. Nesse sentido, seria importante que as associações fizessem um levantamento mais aprofundado de quais PPPs possuem redes próximas às escolas sem conectividade e teriam condições de atendê-las. Durante a pandemia de COVID-19 um trabalho similar a esse foi feito: as associações mapearam quais prestadoras poderiam atender a cerca de 16 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS). A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) consolidou esses dados em um sistema, o que permitiu que essas UBS fossem atendidas e que vidas fossem salvas, com o auxílio das PPPs.

Por fim, solicitou ao Presidente do CPPP avaliar a possibilidade de que as próximas reuniões do comitê ocorram de forma presencial.

**David de Oliveira Penha (Ministério das Comunicações)** disponibilizou seu telefone de contato e se colocou à disposição para atender as associações e repassar suas demandas aos setores responsáveis do Ministério das Comunicações.

**Eduardo Marques da Costa Jacomassi (PRUV)** destacou que a tecnologia prioritária para o atendimento às escolas é a fibra óptica e que o GAPE está fazendo um trabalho intensivo para identificar às PPPs que tenham condições de atender essas escolas. No Chamamento Público das Fases 2 e 3 para o atendimento das escolas, apenas 6 prestadoras se habilitaram para fazer a conexão das mais de 5 mil escolas. Diante disso, a Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE) passou a fazer uma busca ativa de prestadoras nos municípios a serem atendidos nessas fases, e com isso, a expectativa é de que haja mais 71 prestadoras habilitadas a atenderem essas escolas com banda larga. Ademais, Eduardo ressaltou a importância de as

prestadoras declararem seus quantitativos de acessos à Anatel, a fim de facilitar essa busca ativa, tendo em vista que haverá novas fases.

Em relação às escolas sem energia elétrica, disse que no âmbito do GAPE, estão sendo feitos Chamamentos Públicos para a contratação de energia fotovoltaica, bem como há uma interlocução com o Ministério de Minas e Energias para solicitar que as escolas que do programa “Luz para Todos” sejam atendidas pelas concessionárias de energia. Assim que elas receberem energia elétrica, será possível a conexão com a internet.

**Vinicius Oliveira Caram Guimarães (SOR)** ressaltou a importância das PPPs para o setor de telecomunicações e da tecnologia satelital para a conexão de escolas, para situações de desastre, dentre outros usos. Destacou que a Agência está empenhada em apoiar as prestadoras do Rio Grande do Sul e que diversas iniciativas estão sendo implementadas nesse sentido.

Na sequência, disse que estão sendo discutidos na Agência novos modelos de negócios para o MVNO, visando dar maior flexibilidade e aumentar a competitividade.

**José Borges da Silva Neto (SCP)** destacou que a Agência acompanha há muito tempo o modelo de negócios de redes neutras. É um tema que demanda bastante cautela, pois ele pode trazer benefícios para o setor, mas também pode trazer riscos. A Superintendência de Competições continuará acompanhando de perto o tema, tanto no acompanhamento caso a caso quanto no Plano Geral de Metas de Competições (PGMC).

Em relação ao compartilhamento de postes, disse que recentemente a Aneel entrou em contato com a Anatel para dar continuidade à Resolução Conjunta. No âmbito da Anatel, a proposta foi aprovada pelo Conselho Diretor no ano passado, mas ainda depende de ser aprovada na Aneel. Essa reaproximação da Aneel sinaliza a possibilidade de o processo de aprovação estar caminhando de forma mais célere.

#### **4. Definição dos temas e do cronograma das próximas reuniões do CPPP**

**O Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** solicitou ao Secretariado do CPPP que entre em contato, em breve, com os membros do Comitê para fazer um levantamento dos temas que serão tratados nas próximas reuniões, considerando o ingresso de novos membros (Abrint e Abramulti). Em vista da impossibilidade de apresentar o tema MVNO na presente reunião, ele sugeriu que este seja inserido na pauta da próxima reunião. Assim que os temas forem definidos, pediu ao Secretariado do CPPP que encaminhe a proposta de pauta para a apreciação dos membros. Em seguida, propôs que a próxima reunião ocorra em 9 de agosto de 2024.

Não houve manifestações de desacordo em relação ao encaminhamento sugerido pelo Presidente.

## **5. Encerramento.**

Não havendo mais manifestações, **o Conselheiro da Anatel Artur Coimbra de Oliveira, Presidente do CPPP** agradeceu a participação dos membros e disse que as manifestações feitas nessa reunião se mostraram muito importantes e que elas serão levadas ao conhecimento do Conselho Diretor da Anatel.

Em seguida, reforçou o apoio deste comitê e da Anatel a quaisquer medidas que estejam em seu alcance para contribuir com a reconstrução do estado do Rio Grande do Sul, de modo que a população possa voltar a ter uma vida digna e de que as prestadoras de telecomunicações possam voltar a atuar com uma postura dedicada e inovadora que sempre tiveram.

Na sequência, agradeceu a Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) pelo trabalho de Secretariado neste Comitê.

A reunião foi então encerrada pelo Presidente do CPPP.